

O Dia Seguinte (A vida em Ceuta sob o domínio português)

LUÍS MIGUEL DUARTE

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

TRÊS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A expansão portuguesa em Marrocos e, em especial, o seu momento fundador e simbolicamente mais marcante, a tomada de Ceuta em Agosto de 1415, tem uma abundante tradição historiográfica e foi o centro de algumas polémicas vivas, com profunda e muitas vezes assumida coloração ideológica. Hoje estamos em condições de olhar para o tema com outra serenidade¹. Se, na perspectiva exclusivamente portuguesa, nos sentimos razoavelmente esclarecidos sobre as diferentes motivações dos protagonistas e sobre os vários debates que se travaram antes, durante e depois da empresa, falta ainda uma inserção equilibrada dessa mesma empresa na conjuntura económica, política, diplomática e militar da Europa do Sul e do Mediterrâneo Ocidental. A bibliografia sobre Castela, o Reino de Aragão, França e as cidades italianas² é abundante; vão-se multiplicando os trabalhos sobre as regiões sob domínio muçulmano, na Península Ibérica ou no Norte de África, e sobre as relações entre terras cristãs e muçulmanas³. É tarefa urgente da investigação fazer a síntese dos factores internos e externos da expedição. Os estudos mais recentes têm procurado trabalhar neste caminho.

A dependência das fontes, que condiciona qualquer investigação, também obriga aqui a pagar o respectivo tributo. Vivemos muito de três crónicas de Gomes Eanes de Zurara⁴, pelo que há que ter bem presente quem era este homem, qual o seu método, as suas condições, os seus princípios de trabalho, em que altura (sobretudo em que conjuntura política) escreveu, por encomenda de quem, para servir que objectivos mediatos e imediatos.

Por fim, recordemos sumariamente a cronologia. Podemos falar num primeiro período 'heróico' (sob a óptica portuguesa, bem entendido), entre 1415, quando Ceuta é conquistada, e 1471, quando o rei de Portugal toma Arzila e ocupa Tânger (que os habitantes haviam abandonado). Durante essas décadas, a guarnição de Ceuta resiste

1. Entre os numerosos autores que trataram a conquista de Ceuta, destacaria Luís Filipe Thomaz (sobretudo os dois primeiros capítulos da colectânea *De Ceuta a Timor*. Lisboa, Difel, 1994).

2. Bem como sobre as posições e os interesses do papado em tudo isto.

3. Limito-me a exemplificar com dois títulos, entre muitos disponíveis: M. Á. LADERO QUESADA, *Castilla, Gibraltar y Berbería (1252-1516)*, in *Actas del Congreso Internacional "El Estrecho de Gibraltar"*, Madrid, 1988, 37-62; R. SÁNCHEZ SAUS, *Conjeturas sobre las relaciones entre Portugal y la nobleza andaluza en la region del estrecho de Gibraltar durante el siglo XV*, "Hispania", LIII/1, núm. 183 (1993), 35-56.

4. Além de outros testemunhos de menor extensão, mas de grande importância, como Alvar García de Santa María, Antoine de La Salle ou Antonio Morosini.

praticamente sozinha⁵ em meio hostil. Depois de 1471 Portugal passa a dispor de quatro praças fortes (três delas cidades prestigiadas) em Marrocos; alarga o seu domínio, nomeadamente na costa noroeste, estabelece 'protectorados' (leia-se, povoações e zonas que reconhecem a nossa superioridade militar e pagam um tributo para serem deixadas em paz), refaz ou constrói castelos. Por meados do século XVI, a presença portuguesa começa a enfrentar dificuldades crescentes⁶; o processo termina formalmente em 1769, com o abandono do nosso último bastião.

A reflexão que se segue ocupar-se-á apenas do primeiro período e, dentro dele, dos tempos imediatamente subsequentes à conquista.

A TOMADA DE CEUTA: PORQUÊ, COMO E PARA QUÊ?

Como tem sido sublinhado por vários autores⁷, fomos a Ceuta essencialmente por motivos políticos (marcar pontos face a Castela na frente externa, sobretudo em Roma, reforçar o prestígio de Portugal na cristandade, consolidar a débil dinastia de Avis, iniciada com um filtro ilegítimo) e sociais (sobretudo ocupar e proporcionar meios de fortuna a uma nobreza em dificuldades), numa acção que, lembra Luís Filipe Thomaz, teve tudo de um sobressalto tardo-medieval da Reconquista e nada de uma expansão 'moderna'.

Para entendermos os contornos da presença portuguesa, é essencial não perdermos de vista estes dados: o ataque a Ceuta não visava uma expansão territorial pensada, consistente e faseada; o objectivo era relativamente aleatório e a história podia perfeitamente ter-se esgotado no episódio militar.

A decisão e a preparação da armada, lentas, longas e laboriosas, decorreram aparentemente de forma quase exemplar, já na excepcional mobilização de recursos humanos e logísticos, já no secretismo do alvo; quase diria que correram bem demais, provocando o pânico internacional e conferindo ao monarca português uma projecção que ele nunca sonhara ter. O rei D. João I e os seus filhos Afonso, Pedro e Henrique 'comeram a carne' do recrutamento e embarque das tropas (para quem tem prazer na guerra, a festa começa logo na preparação), o herdeiro Duarte 'roeu o osso' da governação do reino e começou a incubar uma profunda depressão.

O sucesso militar propriamente dito parece ter sido menos bem aventurado, embora com final feliz. Mas a história militar do ataque a Ceuta arrisca-se a ficar para sempre envolta em mistério, porque não sabemos o suficiente sobre a situação político-militar da cidade e da região envolvente no início do século XV, porque dificilmente conheceremos a topografia do terreno e o plano da cidade muçulmana, porque a *Crónica da Tomada de Ceuta*, o principal relato dos acontecimentos, é profundamente enviesada

5. Em 1458 os portugueses tomam Alcácer Ceguer, uma pequena povoação fortificada; simbolicamente importante, essa ocupação não mudou o essencial do teatro das operações militares magrebina.

6. Já pressagiadas pelo falhanço da expedição da Graciosa, em 1489, quando D. João II tentou construir uma fortificação na foz do rio Larache.

7. Remeto para os meus trabalhos recentes *Regresso a Ceuta* (in *Portogallo mediterraneo*, ed. L. Adão da Fonseca e M.ª E. Cadeddu, Cagliari, C.N.R., 2001, p. 99-127), e *A Morte do Capitão. Veteranos e "maçaricos" na guerra marroquina* (in *Actas do XII Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003) e para a bibliografia que neles indico.

na perspectiva do Infante D. Henrique: a parte mais importante da frota, composta por naus, onde seguiam o rei, o seu primogénito D. Duarte e o Infante D. Pedro, é praticamente esquecida. Intriga, sobretudo, a aparente debilidade e o total desconcerto dos defensores muçulmanos, que tiveram tempo de sobra para ver os atacantes chegar.

DEPOIS DA VITÓRIA: AS PRIMEIRAS DECISÕES

Interessa-me sublinhar que, no conselho reunido imediatamente após a vitória, os comandantes portugueses se mostraram profundamente divididos, com um partido a defender o abandono da praça, uma vez que o essencial do feito estava conseguido e bem conseguido, e a partir dali as coisas só podiam piorar, e outro partido, que, talvez com surpresa nossa, se arvorava em defensor da honra contra os que só pensavam no proveito, a pugnar pela conservação de Ceuta em poder da Coroa portuguesa. Na esteira de outros historiadores, já escrevi com maior profundidade sobre este debate, pelo que apenas lembro que ganhou a segunda opinião, de resto a que mais agradava ao rei, o que não é pormenor de somenos; e, sobretudo, que o facto de se ter discutido o destino da praça prova à saciedade que nunca estive nos planos de D. João I iniciar aí uma expansão sistemática e sustentada em Marrocos, antes de 1415. Para o tema que me ocupa, a questão é central: se os portugueses tivessem vindo para ficar, teriam tomado, em casa, as devidas disposições logísticas e militares. Estaria já escolhido um capitão, estruturada uma cadeia de comando, organizados alguns corpos de soldados experientes, garantidas as provisões, os armamentos e pelo menos um sistema de comunicações rudimentar. Não foi o caso; por isso, faltava tudo o que acabei de anunciar.

A começar pelo futuro capitão de Ceuta. Sabe-se como, um após outro, os putativos candidatos se escusaram, provocando a ira régia e conduzindo a um impasse; sabe-se como o impasse foi ultrapassado graças ao modesto voluntariado, por interpostos fidalgos e, num segundo momento, através do Infante herdeiro, D. Duarte, de D. Pedro de Meneses. Este homem foi tradicionalmente desvalorizado; é costume escrever-se - eu fi-lo por mais do que uma vez - que se tratava de uma segunda escolha, de um fidalgo obscuro. Se a primeira afirmação é verdadeira (de facto, não foi uma segunda escolha, foi a quarta), a segunda é errada. Como bem evidenciou Nuno Miguel Campos em trabalho recente⁸, D. Pedro Teles de Meneses era um representante da mais alta nobreza portuguesa dos finais da 1ª Dinastia, familiar próximo da rainha Leonor Teles, esposa de D. Fernando. Na Crise de 1383-1385 e, sobretudo, na batalha de Aljubarrota, o seu pai e avô encontravam-se do lado errado⁹ e morreram. A mãe refugiou-se em Castela com ele criança e perdemos-lhe o rasto. No início do século XV terá regressado a Portugal e iniciado um esforço consistente e bem pensado para recuperar o prestígio da sua linhagem. Esse esforço estava a dar excelentes frutos, uma vez que ele nos aparece em Ceuta como alferes do infante D. Duarte, futuro rei, e como próximo de personagens tão importantes como o mestre da Ordem de Cristo. D. Pedro de Meneses esperava a sua vez. Nada indicava que ela surgisse em

8. *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

9. Errado não do ponto de vista da História, do direito ou da moral, mas apenas segundo o critério *Viva quem vence*.

Ceuta; no entanto surgiu, ele estava lá e dispôs-se a aproveitá-la. A capitania da cidade recém-conquistada, que para todos os fidalgos de primeiro plano seria um pesadelo¹⁰, para ele significava uma oportunidade.

E que tem este 'incidente' a ver com a vida em Ceuta depois da conquista portuguesa? Tem tudo. Houvesse o comando sido entregue a um fidalgo de fazenda sólida e posição firmada, ou a um simples *condottiere*, a estratégia e tática seguidas teriam porventura sido outras (com reforço da componente defensiva e medidas mínimas de securização do campo em redor). D. Pedro de Meneses queria mais: pretendia recuperar o esplendor da Casa que a sua família tinha perdido. Pensava fazê-lo a dois níveis complementares: garantindo o sucesso da nossa presença militar, desempenhando a difícil incumbência a contento do rei, ficava bem colocado para receber do monarca benesses de todo o tipo e, sobretudo, o título que já fora dos Teles de Meneses; promovendo de todas as formas expedições terrestres ou marítimas de agressão e saque, juntaria fortuna e, paralelamente, criaria condições para que o maior número de companheiros fizesse o mesmo. Tudo maneiras de reconstruir a sua casa senhoria¹¹.

O perfil do capitão determinou, desde o início, o perfil da ocupação portuguesa: seria uma presença cuidadosa, prudente, avessa a levandades e aventureirismos, que o caso não era para menos, mas ao mesmo tempo ambiciosa, agressiva e friamente racional.

AQUELES QUE FICARAM: "HOMENS ESPECIAIS"

Aliviado por ter o problema do comando resolvido, D. João I apressou-se a levantar âncora, não sem antes prometer que havia de voltar em Março seguinte para render a guarnição e "prosseguir a conquista". Nunca voltou. No dia 18 de Fevereiro de 1416, talvez consciente disso mesmo, responsabilizou o seu filho mais aguerrido, o Infante D. Henrique¹², pelo aprovisionamento e defesa de Ceuta, estabelecendo um procedimento burocrático ágil¹³.

A guarnição de ocupação teria entre os 2.500 e os 3.000 homens, assim distribuídos:

- Lopo Vasques de Castelo Branco, monteiro-mor do rei, com 300 escudeiros (todos moradores da Casa Real);
- 300 escudeiros do Infante D. Duarte, directamente capitaneados por D. Pedro de Meneses;
- 250 escudeiros do Infante D. Pedro, sob a chefia do fidalgo algarvio Gonçalo Nunes Barreto;
- 300 escudeiros do Infante D. Henrique, comandados por João Pereira "Agostinho";

10. A ponto de alguns, como Martim Afonso de Melo, não se importarem de fazer perder a paciência ao rei só para não ficarem.

11. A somar a outras, no domínio da memória escrita e tumular, que não vêm agora ao caso.

12. Ao tempo com 21 anos.

13. Através de simples cartas e alvarás, D. Henrique comunicaria as suas necessidades ao Corregedor da Corte, João Mendes. Sugere-se que ficam à disposição das carências de Ceuta os direitos e rendas do Mestrado de Santiago, do arcebispado de Lisboa "e dos outros bispados e da camara apostolica e doutras cousas que sam hordenadas pera despesa da dicta çidade de Ceuta" (*Monumenta Henricina*, Vol. II, Doc. n.º 116, 240-241).

- escudeiros de Évora e Beja (não se diz quantos), tendo como capitão Álvaro Mendes Cerveira;
- 600 besteiros do conto, de cavalo e de garrucha, comandados por Álvaro Eanes de Cernache, anadel-mor dos besteiros de cavalo;
- 100 arnesados de Lisboa, com Fernão Barreto (“afora gemte de pee”);
- 1000 homens dentro do castelo, com D. Pedro de Meneses.¹⁴

Somando as quantidades indicadas, temos 2.850 soldados; mas não se discrimina a “gente de pé” de Lisboa, os escudeiros de Beja e Évora, bem como os mais reduzidos contingentes dos vários fidalgos que ficaram¹⁵. O número pode ter ultrapassado os três milhares.

Muitos ou poucos? É relativo. Para a tarefa que se antevia, insuficientes. Para as possibilidades do reino, um milagre. Contas feitas à qualidade dos soldados e às características militares da cidade, parece-me um contingente de respeito. Aliás provou sê-lo.

Porque, não restem dúvidas, era parte da elite militar portuguesa que ficava em Ceuta: experiente, organizada em grupos homogêneos e coesos, bem comandada e bastante bem armada – “porque pera tall começo, lembra Zurara, nom cumpria de ficarem senam homens especiais”. Permito-me destacar os 100 arnesados de Lisboa, ou seja, uma centena de homens equipados para combater, a pé ou a cavalo, com armaduras completas, e os 600 besteiros, que se iriam revelar um corpo de excepção na história da Ceuta portuguesa.

É verdade que estes homens feitos choraram como crianças enquanto, do alto das muralhas, viam as velas da armada portuguesa perderem-se a ocidente, mas não é menos verdade que ao tempo se tinha a lágrima fácil, por um lado, que o destino da guarnição se afigurava sombrio (quase um sacrifício colectivo), por outro; e que D. Pedro não teve grande dificuldade em pôr ordem nas tropas e fazer regressar a serenidade.

UM EXÉRCITO PERMANENTE?¹⁶

A pergunta é do foro da história militar, pelo que me limito a equacionar o problema. É sabido que não houve exércitos permanentes durante quase toda a Idade Média. E costuma apontar-se as reformas militares de Carlos VII de França, em 1445-1447, como o acto fundador do primeiro exército permanente europeu, constituído pelas Companhias da “Grande Ordenança”: eram aproximadamente 7.000 combatentes a cavalo (uns com lança, outros com arco), repartidos por todo o reino e fácil e rapidamente mobilizáveis à voz do rei. Em contraste com estas tropas permanentes (que viviam só para a guerra e eram pagas para tal, mantendo-se de prevenção mesmo durante os longos períodos de paz), continuavam a existir as outras, mobilizadas e estipendiadas *ad hoc* e para lapsos de tempo controlados. Em Portugal, além da guarda

14. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, estudo e edição de M.ª T. BROCARD, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/J.N.I.C.T., 1997, cap. VI, p. 200-202.

15. O primeiro voluntário, por exemplo, foi Gonçalo Rodrigues de Sousa, com 40 homens “muy bem armados” (*Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. C, p. 263).

16. Agradeço ao meu amigo João Gouveia Monteiro as sugestões que me deu na redacção desta alínea.

pessoal do rei (a que acompanhou D. João I em Aljubarrota, por exemplo) e dos *besteiros da câmara do rei*¹⁷ (perto de uma centena), só a partir de D. João II e da “Ordenação da guarda d’El Rei nosso senhor”¹⁸ se pode falar num contingente militar permanentemente no activo (que passou rapidamente de 60 para 200 lanças). Mais do que de um *exército permanente* deverá talvez falar-se de um *corpo permanente do exército*.

E Ceuta o que foi no meio disto? Três mil soldados, bem armados, organizados e comandados em destacamentos coerentes, com avançada especialização militar (os besteiros, os arnesados, os batedores). Vivem exclusivamente do produto das razias e do soldo (ou, no caso dos fidalgos, das tenças régias); a sua vida é a guerra, a vigiância, a pirataria – são soldados a tempo inteiro e durante anos a fio. Haveria que conhecer outras variáveis: qual vai sendo a percentagem de degredados na cidade? Há ou não rotatividade dos efectivos? Quais os respectivos ritmos e critérios¹⁹? Como é financiado este esforço militar?

Há uma objecção contra a hipótese que levanto: esta gente não podia ir a lado nenhum; o rei confiava neles, mas não os podia tirar de lá. Em páginas que escrevi sobre o exército português em Toro, em 1476, interroguei-me se já se faria notar a experiência dos veteranos de Marrocos. A verdade é que, se alguns havia nessa batalha, eram poucos e não combatiam como corpo, porque os defensores de Ceuta não podiam sair da sua praça. E de tal modo esta ‘prisão’ era compulsiva que sempre que um exército português desembarcava no Norte de África, em Ceuta, para atacar outro alvo, muitos dos soldados da praça queriam participar nas operações, mas tal licença era-lhes sistematicamente recusada.

Não seria um exército permanente (extremamente precoce em termos europeus, porque em acção desde 1415)? Era, pelo menos, uma guarnição permanente muito numerosa, muito bem armada, muito bem treinada, muito ‘profissional’, no tipo de vida que levava e na competência de que deu mostras. E que esteve totalmente isolada no teatro magrebino até 1458, e muito pouco acompanhada até 1471. Não considero o problema encerrado.

Ficaram armas em quantidade, ficaram grandes pilhas de madeira, vitais para as primeiras obras de reparação e adaptação das defesas (desde logo, para a construção de alguns caramanchões, em pontos nevrálgicos das muralhas, que permitissem eficazes posições de tiro), ficaram alimentos, a juntar aos que havia na cidade (embora a renovação destes e o abastecimento de água fossem dores de cabeça próximas).

Não ficaram cavalos. A história da Ceuta portuguesa foi sempre marcada pela obsessão em comprar ou capturar cavalos. Não é bonito escrever que se preferia, para um saque, um cavalo a um homem, mas assim acontecia. Muitos muçulmanos escaparam de algumas refregas em liberdade porque os portugueses evitavam ao máximo ferir-lhes as montadas. Nos momentos de crise, a nossa ‘força de intervenção rápida’ não contava mais de quatro ou cinco montadas, o que é irrisório; nos raros tempos de abundância, chegou-se a poucas dezenas. Garantir (fora das muralhas) erva para o

17. Corpo permanente e bem pago; estava disperso pelo reino, acorrendo de pronto ao chamamento do anadel-mor.

18. Documento não datado, mas atribuível aos inícios da década de 1480.

19. Este factor não é totalmente decisivo: pode haver um exército permanente com rotatividade de soldados; *exército permanente* não é sinónimo de *exército de profissionais*.

pasto destas preciosidades quadrúpedes tornou-se, assim, uma das missões quotidianas mais importantes para a guarnição.

Tem-se falado pouco da disposição dos ocupantes. É um aspecto intrigante. Não julgo que venhamos a saber qual era a população de Ceuta na véspera da conquista. Mas não repugna aceitar que andasse entre os 10.000 a 15.000 habitantes, com a presença de várias colónias (genoveses e gaditanos, pelo menos), gente de todas as idades, estatutos e officios. De um dia para o outro, a cidade esvazia-se. E menos de 3.000 soldados tomam conta dela. Já vimos que se dividiram e imaginamos que se tenham distribuído e ocupado as melhores casas. Mais tarde – e esse é um processo que conhecemos mal – tudo indica que o povoamento de Ceuta se foi ‘normalizando’ tanto quanto possível: é de crer que algumas mulheres se tenham reunido aos maridos, algumas famílias aos homiziados, que algumas “mancebas do mundo” tenham feito par com os soldados mais sedutores, que este e aquele mesteiral fossem chegando à cidade. Gostaria de poder imaginar de que forma aqueles poucos milhares de portugueses se instalaram e construíram o seu quotidiano numa cidade fantasma, que tinha contornos familiares – o porto e as muralhas, por exemplo – mas outros totalmente hostis, como a medina.

Desde o primeiro momento os vários contingentes tiveram a seu cargo a defesa de pontos específicos da cidade: torres, portas e postigos, lanços da muralha²⁰. Será que fixaram as suas residências de acordo com essas atribuições militares? Faz todo o sentido, por outro lado, pensar que os soldados desses contingentes habitavam todos na mesma zona, formando como que o bairro dos escudeiros de D. Pedro, o bairro dos escudeiros de D. Duarte, o dos escudeiros de Évora e Beja... Mas isto é apenas uma hipótese; e com o decorrer do tempo e a referida normalização, é natural que essa primeira ocupação do espaço se tenha diluído.

Além disso, numerosas casas terão ficado vazias; e sabemos como a habitação medieval se degradava rapidamente. Bairros de soldados endurecidos entre ruínas de casas muçulmanas? É um verdadeiro desafio imaginar a paisagem urbana de Ceuta nos anos subseqüentes a 1415.

OS PROBLEMAS DO QUOTIDIANO

O primeiro: garantir a alimentação de 3000 homens feitos submetidos a enormes esforços físicos. As provisões que vieram na armada e foram descarregadas, somadas às que foram encontradas na cidade, resolveram a questão nos primeiros tempos. Depois, foi preciso pescar, caçar nas serranias próximas e sobretudo roubar gado. É impressionante a exactidão com que nos é descrito o resultado pecuário de cada expedição de saque – tantos bois, tantas vacas, tantos novilhos...; assim tivéssemos nós informações igualmente precisas para o número de soldados ou de mortos e feridos. Dos cavalos e da imperiosa necessidade de os capturar já se falou acima. Daqui decorre um momento vital para a sobrevivência da guarnição: arranjar erva para o gado e os cavalos. São pequenas surtidas à volta da cidade, mas que têm de ser preparadas com

20. Sobravam alguns fidalgos com os seus homens, que certamente formavam unidades mais móveis, sempre ao dispor do capitão da praça.

extremo cuidado e que, não raras vezes, descambam em escaramuças ferozes com muçulmanos emboscados.

A vigilância e a segurança constituem as maiores preocupações: D. Pedro de Meneses comanda uma praça cristã encravada (e isolada) em pleno território muçulmano, sem possibilidade de obter auxílio rápido. Os portugueses aperfeiçoaram movimentos, códigos, técnicas de comunicação, já bem estudados por Robert Ricard; na expressão coeva, eles foram mestres na arte de “teer a terra”.²¹ O dia a dia não foi, deste ponto de vista, sempre igual: os primeiros tempos após a conquista foram de alerta e sobressalto quase permanentes; e houve, em 1418-1419, aquando do grande cerco muçulmano, momentos quase desesperados. Mas podemos dizer que o caminho se foi fazendo na direcção de um crescente conhecimento e domínio das terras à volta. E como o capitão não estava lá apenas para defender, a praça acabou por alcançar um estatuto de alguma tranquilidade – uma “paz armada”, se quisermos.

Há outros ‘factos da vida’, por assim dizer, essenciais para uma guarnição de homens na flor da idade. Quando se descreve a armada, não se fala evidentemente em mulheres. Mas por muito que me repugne utilizar, em história, o verbo “dever” (significando algo que por certo aconteceu, embora não tenhamos provas disso: “o rei deve ter pensado...”, “a cidade deve ter sentido que...”), neste caso não vejo maneira de o evitar: devem ter-se juntado à expedição as inevitáveis prostitutas, porque depois aparecem lá, e idas de cá. Quanto ao número, ao regime laboral, à possibilidade de algumas terem trocado a sua condição de “madalenas no activo” (a expressão é de Armindo de Sousa) por um estatuto familiar, só podemos fazer conjecturas. Com o tempo, algumas esposas ter-se-ão reunido, em Ceuta, aos maridos (soldados, voluntários ou condenados; lembro que houve degredadas para Marrocos); é possível que algumas mais aventureiras tenham demandado a cidade para nela ganhar a vida a trabalhar e formar família – uma vez mais, conjecturas. Havia mulheres em Ceuta; isso é certo.

A TÁCTICA DO CAPITÃO

A história da praça sob domínio português é indissociável do projecto e do perfil de D. Pedro de Meneses. Sobre o primeiro já disse alguma coisa. Sobre o segundo, e sublinhando sempre a nossa dependência de uma crónica escrita para o louvar, não arrisco muito se afirmar que D. Pedro foi, para as circunstâncias, um excelente capitão: era aguerrido e destemido, sem nunca resvalar para a temeridade inconsciente; tinha evidentes capacidades de liderança e mesmo algum carisma. Sabia ouvir os outros. Aparentemente sentiu-se no teatro marroquino como peixe na água: exemplar a repartir o saque das expedições, implacável a refrear os excessos e os aventureirismos, eficaz a ‘seduzir’ e manobrar os nobres que ficaram sob o seu comando, parece ter sido um daqueles *audaces* a quem a fortuna *juvat*; uma repartição equilibrada de forças e um funcionamento capaz dos comandos intermédios completam o quadro. Zurara dá-nos, da sucessão dos dias, uma imagem algo edulcorada; como se tudo se desenrolasse rigorosamente de acordo com o guião elaborado pelo capitão.

21. Porque o tema é conhecido e está estudado, não volto a ele aqui.

Em louvor da inteligência militar de D. Pedro, acrescente-se que ele investiu sempre tudo o que pode²² na obtenção de informação: os portugueses contaram desde cedo com um nutrido corpo de *adats* e *almocádens*, cujo trabalho era completado pelas operações de espionagem, pela captura e interrogatório de prisioneiros e pela cooperação com outras praças, com destaque para Tarifa²³. Atrevo-me a dizer que, na maior parte dos casos, os inimigos não davam um passo sem que D. Pedro de Meneses soubesse; e quando se preparavam, contra Ceuta, expedições de alguma envergadura, aí sabia sempre – e com antecedência. A medalha tinha o seu reverso: os muçulmanos também movimentavam espíões, batedores, também capturavam e interrogavam prisioneiros, também controlavam os movimentos dos portugueses. Mas pior. O que os deixava vulneráveis, durante muito tempo, às nossas surtidas.

COMO SE DESENROLAVA UMA SURTIDA TÍPICA?

Para garantir a defesa da praça, por um lado, e para conseguir rapidamente riqueza para si e para os seus, por outro, D. Pedro precisava de limpar o território em torno das muralhas, alargar tanto quanto possível a “terra de ninguém” e tentar generalizar o sentimento de insegurança entre as aldeias próximas. Não tinha forças nem cavalos para conduzir ataques convencionais; mas tinha gente e armas para fustigar as populações muçulmanas com *raids* contínuos e mortíferos, que se desenrolavam com a precisão e a regularidade de um relógio suíço.

A coluna portuguesa saía de Ceuta por volta da meia-noite, com um número de soldados variando entre algumas dezenas e poucas centenas. Chegava à vista do alvo ainda de madrugada, emboscando-se nas serranias; e daí ficava a observar cuidadosamente o despertar da aldeia, como se esta, ainda ensonada, a começar o dia, se revelasse sem disfarces aos predadores: como saíam as pessoas de casa; quantas; que dispositivos de defesa e vigilância tinham; quantos “mouros de guerra” havia; quantas cabeças de gado, quem as guardava, onde as levavam a pastar; que rotinas – horas, percursos, gentes.

Os ataques são sempre iguais, mostrando-nos chefias e soldados bem rotinados e disciplinados. O essencial era preparar cuidadosamente a retirada, “teer os portos” (isto é, defender as passagens cruciais). A investida devia ser rápida e brutal, para paralisar as vítimas: “choque e horror”, dir-se-ia muitos séculos depois. Se a resistência militar não fosse significativa, os portugueses tentavam reunir o maior espólio possível, sobretudo em cativos e em cabeças de gado, não desprezando alimentos e cereais, se os encontrassem, bem como panos e algum objecto precioso, menos provável em povoações humildes.

Seguia-se a retirada da “cavalgada” em boa ordem: os cavaleiros atrás, para proteger a retaguarda, gente rápida à frente, para correr a Ceuta em busca de ajuda, se fosse preciso. E com pequenas escaramuças, com simulacros de ataques e recuos (“mostrar a cara”, diz a *Crónica*), com eventual divisão de forças para dispersar a resposta muçulmana, regressava-se ao abrigo das muralhas de Ceuta.

22. Muitas vezes pagando do seu próprio bolso.

23. Não sendo rara a colaboração com outros líderes muçulmanos.

OS PIRATAS DO ESTREITO

Também havia as correspondentes expedições por mar, porque para a guarda da praça desde o primeiro momento se apostou em galés e, mais tarde, em embarcações mais rápidas e mais ligeiras. Aquando da conquista, ficaram em Ceuta duas galés para “guardar bem o Estreito”, sob o comando de um irmão do almirante Lançarote Pessanha. Mas as galés eram demasiado grandes, pesadas, lentas e exigentes em remadores e soldados. Por isso D. Pedro mandou de imediato construir uma fusta de 10 bancos. Apesar das longas tradições e acumulação de saber na construção naval, havia sempre algo de aleatório – ou de arte - quando se fazia um barco; uns saíam bem, outros saíam mal. Ora “quis a boa dita do comde que [esta fusta, chamada Santiago Pé de Prata] sayo muito ligeira, assy de rremos como de vellas, e foy hum bom synall dos aqueçimentos vindouros”²⁴. D. Pedro entregou o comando da fusta a um obscuro fidalgo com contas a ajustar, porque estivera prisioneiro dos mouros e não guardava da experiência grandes recordações.

Os ataques deste e doutros barcos têm alguma semelhança com as expedições por terra sobre as aldeias: saíam de noite, emboscavam-se a coberto de uma ilha ou de qualquer outro acidente da costa e carregavam sobre pequenas e médias embarcações que faziam a cabotagem marroquina ou o vaivém entre o Norte de África e a costa da Andaluzia: a fusta estreou-se com a captura de um pequeno barco em trânsito de Alcácer Ceguer para o reino de Granada, com 14 mouros, trigo, cevada, legumes e seis cavalos; era tudo lucro - e os animais, como já expliquei, a sorte grande.

Animado pelo sucesso da primeira expedição, o comandante da fusta limitou-se a descarregar o saque, refazer provisões e voltar ao mar. As palavras da *Crónica* descrevem uma autêntica actividade de caça: como os portugueses escolhiam um local adequado para esperar, como ficavam em silêncio, com a âncora levantada, as velas armadas, durante toda a noite, como, ao romper da alva, o barulho de um barco a aproximar-se “nom foy pouco prazivell em suas orelhas” (tal como o caçador que se apercebe de um rumorejar de folhas denunciando a presa próxima). Desta vez os tripulantes conseguiram abandonar o barco já perto da costa; foram apenas feitas prisioneiras duas mulheres, que informaram que o barco era de Málaga e demandava Tânger. O melhor estava para vir: lá dentro “nom avia çevada, nem feijões”, mas muitos panos de seda, de ouro, e vestuário de luxo. Um pequeno tesouro.

Compreende-se que a impaciência dos piratas portugueses rivalizasse com a dos expedicionários terrestres. Com o tempo, multiplicaram-se os barcos, chegaram a Ceuta outros aventureiros para fazerem da praça a sua base de ataque: fustas, barcas, barinéis e bergantins envolveram-se por vezes em pequenas batalhas navais, com a participação de besteiros e o emprego esporádico de artilharia (trons). Os barcos capturados por um dos lados eram acto contínuo armados e utilizados contra o outro; por isso acontecia frequentemente que a tripulação de um navio em apuros, se tivesse possibilidade, o destruísse contra os penedos da costa e escapasse por terra. Os muçulmanos tinham, a actuar na zona, marinheiros e piratas muito experientes, que não receavam o combate: o célebre “Esnarigado” teria gritado aos seus, durante um con-

24. G. EANES DE ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Cap. XXXI, 303.

fronto, “que estevessem quedos e que não temessem os cristãos, caa homeens heram como elles, e que os leixassem chegar e achariam quem lhes mostrasse quamto avia de boom mouro a bom cristão.”²⁵

Ao fim de algum tempo, pequenas mas significativas armadas, compostas por navios ligeiros, operavam quase constantemente no Estreito, iam sobre Tânger, sobre Gibraltar, sobre Málaga; aconteceu-lhes cruzarem-se com as galés venezianas a caminho da Flandres e trocaram saudações e elogios pela guerra continuada que o Rei de Portugal fazia aos mouros. Tem sido sublinhada a importância estratégica desta actividade de pirataria e corso, algo lateral ao tema que me ocupa aqui.

Os barcos não se limitavam a atacar outros barcos: iam sobre terra e tentavam fazer prisioneiros. Às vezes mais não faziam do que deitar a mão a roupa e panos que os locais tinham a secar na praia - os grandes conquistadores de Ceuta a roubar mantas e lençóis aos remediados “infiéis”.

A VIDA NA CIDADE

Tudo dito, são muitas as interrogações sobre o quotidiano na Ceuta portuguesa. Desde logo as dúvidas demográficas: aos três milhares da primeira ocupação quantos se juntaram nos anos seguintes? Com a chegada de mulheres, de alguns artesãos, de voluntários, de estrangeiros, com a constituição de famílias, com a substituição de soldados, qual foi a evolução numérica dos habitantes? Estabilizou? Subiu até aos 5.000? Qual o peso específico dos soldados em comissão de serviço e da população residente? A maior frequência das viagens entre Tavira e Ceuta tornou a fixação ou as estadias na praça africana mais atractivas?

Depois, as dúvidas económicas: criou-se, em Ceuta, uma rudimentar vida comercial e artesanal? Com que volume e características? A que ritmo? Terá havido algum comércio com o inimigo? As crónicas não o mencionam, mas um ou outro documento da chancelaria (autorizações régias para tal comércio) pressupõem-no, bem como o simples bom senso e o exemplo de outros casos na História. É da vocação deste tipo de crónicas exagerar a vertente militar, ou mesmo esgotar-se nela; no entanto vislumbramos contactos pacíficos regulares entre D. Pedro de Meneses e líderes e populações locais. Como tinha de ser.

Terá voltado a haver, intramuros, uma população muçulmana, ainda que reduzida? Não o creio; exceptuando obviamente os prisioneiros e os que se passaram para o lado dos conquistadores – nunca o suficiente para terem a sua medina e a sua mesquita.

Muito haveria que perguntar sobre a vida religiosa. Em outro estudo analisaremos com maior profundidade a organização religiosa da cidade e arredores, bem como a fixação de mendicantes²⁶. Sabemos que D. Pedro ouvia missa todos os dias: na antiga mesquita, agora catedral com bispo ausente? Funcionaram simultaneamente outros templos? A igreja paroquial de Santa Maria de África, sem dúvida. Com que nível e frequência de culto? Um presídio militar vive, literalmente, com o credo na

25. G. EANES DE ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Cap. XLI, 350.

26. Nesse estudo, no prelo, tratamos questões como o recrutamento de soldados para Ceuta, o financiamento da praça e a respectiva organização religiosa.

boca. “Como diz Vegeçio que os cavalos que continuam as guerras se fazem mais ferozes e por tempo tornam a ser bravos e maos de rreger, assy as gemtes que ficarão em aquella çidade despois que husarão aquellas pellejas anojavam-se muito quando estavam allguns dias em que não podiam obrar em seu exerciçio”²⁷. Ora estes homens que não podiam nem conseguiam estar quietos sabiam que cada expedição podia ser a última, pelo que não dispensavam o conforto de uma bênção, antes; muitos certamente esqueceriam os devidos agradecimentos ao céu, depois.

Creio que nunca esclareceremos de que forma uma ocupação deste tipo, com esta gente, se acomodou ao urbanismo muçulmano, o modificou, ou em alguns bairros o deixou pura e simplesmente ruir. Sabemos bastante sobre as intervenções portuguesas nas muralhas, no castelo e no porto, mas quase nada sobre as ruas, as praças e as casas.

Tudo o que se investigar neste domínio – insista-se, a concluir - deverá ter em conta que Ceuta era habitada quase exclusivamente por soldados, por fidalgotes aventureiros, por degredados, e comandada por um homem que, como eles, tinha o corpo em Marrocos mas a cabeça em Portugal.

27. G. EANES DE ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Cap. XXXVII, 325.